

Nacional

estadão.com.br
Direto de Brasília. Acompanhe o blog de João Bosco Rabello
blogs.estadao.com.br/joao-bosco/

Raio X. Trabalho de 140 páginas assinado por grupo ligado ao Ministério da Integração Nacional registra a forte presença do tráfico de drogas e do contrabando nessas regiões e propõe 34 medidas, incluindo reforço de segurança e medidas para atrair profissionais

Estudo oficial alerta para abandono e vulnerabilidade das fronteiras do País

Marcelo de Moraes / BRASÍLIA

A poucos dias do fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo concluiu o estudo sobre os problemas encontrados na faixa de fronteira do País. Em 140 páginas, o trabalho constata a conhecida vulnerabilidade das extensas áreas (15,7 mil quilômetros) ao contrabando e ao tráfico e exibe a carência de políticas públicas específicas para essas localidades.

O relatório foi preparado pelo Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça e entregue ao presidente neste mês. Teve coordenação do Ministério da Integração Nacional e propõe 34 medidas para tentar reagir aos problemas encontrados. As propostas incluem desse os óbvios pedidos de reforço de efetivo policial e de capacitação de agentes, fiscais e outros profissionais para atuar em ações específicas até a criação de gratificações especiais para incentivar profissionais a se interessarem pelo trabalho nessas regiões.

Foi considerado prioritário o aumento de infraestrutura de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo na faixa de fronteira, especialmente nas isoladas áreas da região Norte do Brasil.

Além disso, outra prioridade defendida é a de implementar a infraestrutura hospitalar – quase sempre mínima ou inexistente nesses locais.

O grupo de trabalho ainda sugere a legalização do processo de contratação de médicos e de outros profissionais de países vizinhos, mas apenas para operação nesses locais, e a criação de escolas bilíngues.

A ampliação dos horários de funcionamento das aduanas vem como proposta para tentar

aumentar o combate ao contrabando. Além disso, é sugerida a criação de um regime especial ou diferenciado para exportações e importações entre micro e pequenas empresas. Segundo o estudo, essas empresas hoje não conseguem operar por conta dos “requisitos legais e cadastrais aplicados de forma igualitária às médias e grandes empresas”.

Armas e drogas. Os problemas nos cuidados da enorme extensão da faixa de fronteira brasileira se refletem em situações cotidianas, como a entrada ilegal de armas e drogas que chegam aos grandes centros urbanos. A faixa abrange 588 cidades, espalhadas por 11 Estados, envolvendo cerca de 10 milhões de habitantes.

Uma característica especial desse vasto território é a presença das chamadas cidades-gêmeas. Na prática, são cidades vizinhas, separadas apenas pela fronteira entre os países. Em alguns casos, isso se resume ao simples gesto de atravessar uma rua.

O estudo do governo mostra que, se as cidades-gêmeas podem ajudar na desejada integração da faixa de fronteira, representam também um caminho de acesso ao Brasil para o tráfico e para o contrabando. “Estas também servem de porta de entrada de produtos ilícitos de diversas naturezas e de saída de recursos naturais e minerais, explorados sem controle e ilegalmente, gerando danos ao meio ambiente”, cita o documento.

Além disso, em várias situações, o chamado “fluxo financeiro e econômico não desejável” acaba tendo a tolerância de governos vizinhos.

“Cabe lembrar que nem todos os fluxos financeiros e econômicos observados ao longo da zona de fronteira representam situa-

● **Gigantismo**
15.719 QUILÔMETROS
é a extensão da faixa de fronteira

558 MUNICÍPIOS
de 11 Estados ficam nessa área

10 MILHÕES DE PESSOAS
moram na faixa de fronteira

ções desejáveis, na medida em que algumas relações ocorrem à margem da lei. Contudo, tratam-se de características do desenvolvimento dessas regiões que acabam por requerer um olhar especial do poder público, no sentido de modificar os incentivos econômicos e promover a adequação das economias locais aos limites da legislação”, descreve o relatório.

“Um exemplo do sistema produtivo de fronteira, que combina comportamentos legais e ilegais, é encontrado na zona de fronteira entre Foz do Iguaçu e a Zona Franca de Ciudad del Este. Esta última concentra empresas que consomem subpro-

dutos de indústrias localizadas no Brasil sob a forma de contrabando, voltando ao Brasil e sendo registrado como produto brasileiro ou paraguai ou ainda de um terceiro país, dependendo do câmbio e das mudanças na política brasileira de impostos incidentes sobre importação e exportação”, exemplifica o trabalho.

Desafio. “É um grande desafio conseguir soluções concretas para os problemas apresentados na faixa de fronteira. E eu diria que o ponto central não está na quantidade de pessoas que se colocam para trabalhar nessa região. O principal é a organização e racionalização do trabalho e dos recursos financeiros destinados”, avalia Fábio Cunha, diretor do Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

“O tratamento diferenciado da faixa de fronteira entrou definitivamente na agenda do governo”, diz Cláudia Cybelle Freire, gerente-executiva do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Mesmo deficiente, serviço de saúde atrai estrangeiros

● Se nos principais centros urbanos do País o serviço público de saúde é alvo de críticas, na faixa de fronteira esse tipo de atendimento é considerado um bem valioso pelos estrangeiros e tem até provocado fluxo migratório para o lado brasileiro.

O motivo é simples: quase nunca há serviço de saúde do lado

de lá. Quando existe, é privado e se torna proibitivo para comunidades mais pobres.

“O sistema brasileiro de saúde pública alcança todos os municípios de fronteira. Cada prefeitura recebe recursos de acordo com a estimativa da população. De forma contrária, a maioria dos países vizinhos privatizou o sistema de saúde, o que não só o enriqueceu e dificultou seu acesso pela população mais pobre como reduziu presença ao seguir o critério do lucro na localização geográfica”, diz o documento. /M.M.

EM ALERTA

● Estudo do governo mostrou problemas nos extremos do Brasil

FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE → AS 3 MACRORREGIÕES DE FRONTEIRA



Principais características

Arco Norte
Acesso e necessidade de implantação de infra-estrutura

Arco Central
Desmatamento (por causa do modelo de desenvolvimento), contrabando e tráfico

Arco Sul
Contrabando de produtos, tráfico de drogas e armamentos

INFOGRÁFICO/AE

Mão de obra barata vira alvo de exploradores

Pessoas são levadas a atravessar a fronteira em busca de condições melhores, sonho que nem sempre se realiza



TIAGO QUEIROZ/AE-13/3/2009

Sonho. Por trabalho, peruanos cruzam fronteira com o Brasil

trabalho e, principalmente, pelos possíveis benefícios assistenciais oferecidos pelo lado de maior atratividade. Pelos mes-

mos motivos, também pode ocorrer saída de trabalhadores qualificados e profissionais do lado menos desenvolvido para

mais desenvolvido”, acrescenta o texto.

Se os envolvidos no estudo reconhecerem que o fenômeno ajuda a diminuir as demandas por

atividades melhores na faixa de

fronteira, também concordam que

o movimento pode produzir

um negativo efeito colateral,

com a “exploração não-regula-

mentada de trabalhadores na re-

gião de fronteira”.

Para os integrantes do grupo de trabalho, esse tipo de interesse

dos habitantes da faixa de

fronteira em buscar, ao mesmo

tempo, melhores empregos,

mas também serviços públicos

de qualidade, prova que as di-

versas áreas precisam operar

de forma integrada para obter

resultados.

“As políticas públicas têm de

chegar à faixa de fronteira de ma-

neira integrada. Não pode ser a

saúde cuidando só da saúde ou a

Policia Federal se preocupando

apenas com suas demandas.

Tem que haver integração entre

todos”, afirma Fábio Cunha, di-

retor do Departamento de Prog-

ramas das Regiões Norte e Nor-

deste da Secretaria de Políticas

Regionais do Ministério da Inte-

gração Nacional.

O relatório cita também a di-

ficultade de lidar com as situa-

ções trabalhistas de uma mane-

ira global, já que “no caso do Brasi-

lão, não existe um marco regula-

tório único para tratar fluxos de

trabalhadores transfronteiri-

ços”. Normalmente, o governo

estipula regras conforme o rela-

cionamento com o país vizinho

envolvido. Quase sempre se re-

corre a tratados bilaterais, nem

sempre bem-sucedidos.

“Embora justificada pelas di-

ferenças entre cidades-gêmeas e entre países, os efeitos dessa política são problemáticos em

termos de administração e de

desenvolvimento regional da faixa

e da zona de fronteira, tendendo

a reforçar, ao invés de modificar,

visões preconcebidas e assi-

metrias hostis à integração sub-

continental”, conclui a análise

feita pelo grupo de trabalho.

Solução. Para resolver a situa-

ção, o grupo propõe a criação de

um marco regulatório para as ci-

dades-gêmeas. Isso se daria

com a instituição do Documen-

to Especial de Cidadão Fronteiri-

ço. Ele seria restrito aos domi-

ciliados nas cidades-gêmeas,

com possibilidade de renovação

periódica. O sistema, inclusive,

já foi adotado com sucesso na

fronteira entre Brasil e Uruguai.

“Além de dificultar o trata-

mento abusivo da mão de obra

por parte de autoridades e em-

presários nos dois lados da fronte-

ira, este marco instituiria uma

forma de controle e aproveita-

mento mais eficaz da mobilida-

de do trabalho.” /M.M.

Para resolver a situação,

o grupo propõe a criação de

um marco regulatório para as ci-

dades-gêmeas. Isso se daria

com a instituição do Documen-

to Especial de Cidadão Fronteiri-

ço. Ele seria restrito aos domi-

ciliados nas cidades-gêmeas,

com possibilidade de renovação

periódica. O sistema, inclusive,

já foi adotado com sucesso na

fronteira entre Brasil e Uruguai.

“Além de dificultar o trata-

mento abusivo da mão de obra

por parte de autoridades e em-